



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Eixo - Ordem patriarcal de gênero e relações sociais de sexo)

**História da mulher na sociedade contemporânea e a sua
emancipação frente ao patriarcado e ao preconceito**

Kamila de Castro¹
Luciana Carrupt Machado Sogame²

Resumo: Ao longo dos séculos, as mulheres têm enfrentado desafios significativos em seu desejo por igualdade e reconhecimento, moldando uma narrativa complexa e multifacetada. Propõem-se analisar o processo de emancipação da mulher na sociedade contemporânea, destacando as mudanças sociais, políticas e culturais que contribuíram para a transformação do papel da mulher. Realizou-se revisão histórica e sociocultural. A emancipação feminina frente ao patriarcado é um processo contínuo, marcado por conquistas significativas, mas também por desafios persistentes. É crucial continuar promovendo a conscientização, a igualdade de oportunidades e o respeito mútuo para construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva e justa para todas as mulheres.

Palavras-chave: História da mulher; Patriarcado; Emancipação feminina.

Abstract: Over the centuries, women have faced significant challenges in their desire for equality and recognition, shaping a complex and multifaceted narrative. They propose to analyze the process of women's emancipation in contemporary society, highlighting the social, political and cultural changes that contributed to the transformation of women's role. A historical and sociocultural review was carried out. Female emancipation from patriarchy is an ongoing process, marked by significant achievements, but also by persistent challenges. It is crucial to continue promoting awareness, equal opportunities and mutual respect to build a truly inclusive and fair society for all women.

Keywords: Women's history; Patriarchy; Women's emancipation.

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, a mulher enfrentou desafios singulares, muitas vezes relegada a papéis pré-determinados pela sociedade (Lima *et al.*, 2019). Em sociedades antigas, as mulheres frequentemente eram confinadas ao ambiente doméstico, com acesso limitado à educação e à participação política. O desafio, nesse contexto, residia

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória. EMESCAM. VitóriaES. Brasil;

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local. Escola Superior de Ciência da Santa Casa de Misericórdia de Vitória EMESCAM. Vitória-ES. Brasil.



na necessidade de romper as barreiras impostas por estruturas patriarcais arraigadas (Tedeschi; Tedeschi, 2019).

Na Idade Média, as mulheres encontraram-se em meio a um ambiente permeado por normas sociais rígidas, a influência da Igreja e as estruturas feudais reforçaram a subordinação da mulher. Sua função era frequentemente associada à virtude, submissão e cuidado do lar, assim, o desafio era duplo, enfrentando não apenas as limitações sociais, mas também os estigmas associados à percepção da mulher como pecadora. A luta pela autonomia e liberdade ganhou contornos ainda mais complexos (Mazzardo; Costa, 2014).

A Renascença e o Iluminismo trouxeram consigo uma gradual mudança de perspectiva. No entanto, mesmo diante de avanços, as mulheres continuaram a enfrentar resistência ao buscar espaços em esferas intelectuais e artísticas. O desafio, agora, era alterar percepções profundamente arraigadas sobre a capacidade intelectual feminina (Angelin, 2019; Moura; Oliveira, 2022).

A modernidade trouxe consigo mudanças significativas na função da mulher na sociedade patriarcal. Movimentos feministas do século XIX e XX desafiaram as normas estabelecidas, demandando direitos iguais, acesso à educação e oportunidades profissionais. Mulheres tornaram-se voz ativa na luta por seus direitos, redefinindo gradualmente o papel que desempenhavam (Angelin, 2019).

Saltando para a contemporaneidade, testemunhamos avanços notáveis nas conquistas das mulheres. O acesso à educação ampliou-se, as oportunidades profissionais expandiram-se e as vozes femininas ecoam em todos os setores da sociedade. A luta incansável por direitos fundamentais resultou em marcos históricos, como o direito ao voto e a conquista de posições de liderança. Contudo, é preciso reforçar que ainda, apesar dos avanços, muito ainda deve ser modificado para que um dia a mulher encontre isonomia na sociedade (Tedeschi; Tedeschi, 2019).

Foi realizada uma revisão narrativa com textos publicados em português, a fonte da pesquisa foi feita a partir de artigos publicados em bases de dados. Para alcançar o objetivo considerou-se como período "contemporâneo" aquele que abrange as últimas décadas até o presente, permitindo uma compreensão aprofundada das transformações sociais. Palavras-chave como "emancipação feminina", "patriarcado", "história da Mulher", foram identificadas para orientar a busca por fontes relevantes nas bases de dados selecionadas.

Cada fonte foi avaliada criticamente, considerando sua metodologia, abordagem teórica e possíveis vieses, assegurando a qualidade e confiabilidade das informações utilizadas na pesquisa. A síntese das informações coletadas foi realizada de forma clara e coesa, integrando descobertas, identificando padrões e relacionando os aspectos históricos com os desafios e conquistas da mulher contemporânea.



Diante do exposto a pesquisa tem como objetivo analisar a história da mulher na sociedade contemporânea, com foco em sua emancipação frente ao patriarcado e ao preconceito.

2 DESENVOLVIMENTO

Ao examinar os períodos históricos que delinearam a posição da mulher, é crucial mergulhar mais profundamente nas complexidades de cada era, destacando as nuances que moldaram as experiências femininas ao longo do tempo. Na Antiguidade, as sociedades frequentemente se organizavam em torno de estruturas patriarcais que atribuíam às mulheres funções ligadas à maternidade e à gestão do lar. Contudo, mesmo dentro desses limites, algumas mulheres desafiaram as normas estabelecidas. Destacam-se figuras como Cleópatra, cujo reinado no Egito representou uma exceção notável na concepção tradicional do papel da mulher na política e liderança (Marques; Erthal; Girianelli, 2020).

A Idade Média trouxe consigo um conjunto complexo de desafios e oportunidades para as mulheres. Embora muitas vezes retratada como uma era de restrições rigorosas, houve momentos em que mulheres influenciaram a política e a cultura. O exemplo das *trobairitz*, poetisas do sul da França, evidencia que, mesmo em contextos limitados, as mulheres encontravam maneiras de expressar sua criatividade e influência (Lima *et al.*, 2019).

O Renascimento ofereceu um terreno ambíguo para as mulheres. Enquanto algumas artistas e intelectuais conseguiram destacar-se, a maioria ainda estava restrita a papéis tradicionais. A Revolução Industrial, ao ampliar as oportunidades de emprego, trouxe novos desafios, pois as condições de trabalho muitas vezes eram precárias, afetando especialmente as mulheres que ingressavam na força de trabalho (Moura; Oliveira, 2022).

O século XIX testemunhou o surgimento do movimento sufragista, com mulheres como Emmeline Pankhurst liderando a luta pelo direito ao voto. Líderes como Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony nos Estados Unidos, juntamente com as "sufragistas militantes" no Reino Unido, lideraram campanhas intensas pelo direito ao voto. No início do século XX, a conquista desse direito foi um marco significativo, simbolizando o reconhecimento da voz e da participação política feminina. O pós-guerra trouxe avanços adicionais, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 declarando a igualdade de direitos entre homens e mulheres (Silva, 2021; Ribeiro, 2021).

Os movimentos feministas das décadas de 1960 e 1970 redefiniram as prioridades, abordando uma gama mais ampla de questões, desde direitos reprodutivos até igualdade



salarial. A pílula anticoncepcional, as Marchas das Mulheres e a legislação de igualdade de salários foram marcos cruciais dessa época, remodelando as expectativas sociais e legais em torno da mulher (Silva, 2021).

As condições sociais e legais moldaram significativamente a experiência da mulher. Na Grécia Antiga, as mulheres eram frequentemente excluídas da participação política, enquanto em Roma, o código legal dava aos homens controle quase absoluto sobre suas esposas. Durante a Idade Média, as leis canônicas restringiam ainda mais as liberdades das mulheres. A Revolução Francesa, paradoxalmente, embora tenha promovido ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, não resultou em mudanças substanciais para as mulheres (Mazzardo; Costa, 2014).

O patriarcado, um sistema social e cultural que confere poder e autoridade aos homens em detrimento das mulheres, tem sido um fator intrincado e persistente na história da humanidade (Moura; Oliveira, 2022). Caracteriza-se por normas sociais que perpetuam a ideia de superioridade masculina e subordinação feminina. Essa hierarquia é muitas vezes legitimada por instituições sociais, religiosas e legais, consolidando as desigualdades de gênero (Lima *et al.*, 2019). Este texto busca explorar as diversas facetas do patriarcado, compreendendo suas definições, características, impactos nas estruturas sociais e a resistência que as mulheres têm enfrentado ao longo do tempo.

Ao longo dos séculos, o patriarcado influenciou profundamente as estruturas sociais, ditando não apenas as funções tradicionais de homens e mulheres, mas também os valores, normas e expectativas associados a cada gênero. Nas esferas familiar, profissional e política, as estruturas patriarcais limitaram as oportunidades para as mulheres, restringindo-as a papéis pré-determinados e perpetuando a noção de que sua principal virtude residia na submissão (Freitas; Gonçalves; Santos, 2023).

A economia também não escapou dessa influência, com disparidades salariais e limitações de acesso a oportunidades de liderança evidenciando a rigidez das estruturas patriarcais. O patriarcado, assim, se torna uma força que permeia todos os aspectos da vida, moldando as relações e limitando o potencial das mulheres (Tedeschi; Tedeschi, 2019).

Apesar das barreiras impostas pelo patriarcado, as mulheres ao longo da história têm resistido de maneiras inspiradoras. Desde movimentos sufragistas até os modernos movimentos feministas, as mulheres têm desafiado ativamente as normas estabelecidas. Essa resistência ocorre não apenas em esferas públicas, mas também nos espaços mais íntimos, onde mulheres reivindicam autonomia sobre seus corpos, escolhas e destinos (Franca *et al.*, 2023).

No entanto, a resistência não ocorre sem desafios. A luta contra o patriarcado muitas vezes resulta em retaliações sociais, políticas e, em alguns casos, até mesmo físicas. A



misoginia persistente, a discriminação no ambiente de trabalho e a sub-representação política são apenas alguns exemplos dos obstáculos que as mulheres enfrentam ao buscar a emancipação (Ribeiro, 2021).

Em síntese, o patriarcado tem sido um influenciador dominante na estrutura social, limitando a emancipação feminina por gerações. As mulheres, no entanto, continuam a desafiar essas estruturas, destacando a necessidade urgente de transformação. A conscientização, educação e engajamento contínuo são fundamentais para dismantelar as raízes do patriarcado, promovendo uma sociedade mais justa, igualitária e verdadeiramente emancipada para todos. O caminho para a libertação feminina está pavimentado com desafios, mas a resistência persistente das mulheres é a força motriz que impulsionará uma mudança duradoura (Angelin, 2019).

O preconceito de gênero persiste como uma sombra na sociedade contemporânea, lançando uma luz desconfortável sobre a experiência das mulheres em diversas esferas. (Moura; Oliveira, 2022). Embora a sociedade tenha avançado em muitos aspectos, manifestações de preconceito de gênero persistem de maneiras insidiosas. No ambiente de trabalho, as disparidades salariais persistem, refletindo a subvalorização do trabalho feminino. Além disso, o assédio sexual no local de trabalho continua sendo uma realidade alarmante, criando um ambiente hostil que mina a igualdade de oportunidades (Maroneze, 2021).

Nas esferas públicas e digitais, as mulheres frequentemente enfrentam ataques baseados em gênero, manifestando-se em forma de discurso de ódio, ameaças e intimidação. As redes sociais, embora possam ser plataformas poderosas para a expressão, também se tornaram terrenos férteis para a disseminação do preconceito de gênero (Freitas; Gonçalves; Santos, 2023).

Os estereótipos de gênero, muitas vezes enraizados em tradições culturais e normas sociais, perpetuam ideias limitadas e prejudiciais sobre o papel das mulheres na sociedade. A imposição de padrões de beleza irreais contribui para a pressão constante sobre as mulheres, afetando negativamente a autoestima e promovendo uma cultura de competição baseada na aparência (Moura; Oliveira, 2022).

Esses estereótipos também influenciam as escolhas de carreira e as oportunidades disponíveis para as mulheres. A persistência de expectativas tradicionais pode limitar a visão de mulheres em campos considerados "não convencionais", perpetuando desigualdades no mercado de trabalho e restringindo o potencial de liderança feminina (Lima *et al.*, 2019).

É essencial reconhecer que o preconceito de gênero afeta mulheres de maneiras distintas, dependendo de sua interseccionalidade com outras identidades. Mulheres negras,



indígenas, LGBTQIA+ e com deficiência enfrentam desafios únicos, muitas vezes agravados pela interação de múltiplos sistemas de discriminação (Moura; Oliveira, 2022).

A falta de representação e a invisibilidade desses grupos em espaços de poder e na mídia são obstáculos significativos. A necessidade de abordar essas disparidades torna-se urgente, reconhecendo que a luta contra o preconceito de gênero deve ser inclusiva, considerando as experiências diversas das mulheres (Franca *et al.*, 2023)

O século XX testemunhou o surgimento de outras vertentes feministas, cada uma focada em desafios específicos. O feminismo liberal, por exemplo, buscou igualdade legal e de oportunidades, enquanto o feminismo radical questionou as estruturas sociais que perpetuavam a desigualdade de gênero. Já o feminismo interseccional, mais recentemente, destaca a importância de considerar as interseções de raça, classe e orientação sexual nas lutas feministas (Maroneze, 2021).

As conquistas ao longo desse percurso foram inúmeras. Além do direito ao voto, as mulheres conseguiram avanços significativos em áreas como educação, trabalho e saúde. A ascensão de mulheres a cargos de liderança, embora ainda aquém do ideal, representa uma transformação positiva na perspectiva de gênero (Moura; Oliveira, 2022).

Contudo, mesmo com tantos progressos, desafios persistentes e novas frentes de luta emergem. A desigualdade salarial persiste, as mulheres continuam a ser vítimas de violência de gênero e a representatividade feminina em setores como ciência e tecnologia ainda é limitada. Além disso, questões contemporâneas, como a equidade na distribuição de tarefas domésticas e o enfrentamento de estereótipos de gênero, se colocam como desafios urgentes (Gianvecchio; Gonçalves, 2023).

O advento das redes sociais e a globalização trouxeram à tona discussões sobre assédio, consentimento e discriminação de maneira mais ampla. O movimento #MeToo, por exemplo, evidenciou a magnitude dos desafios que persistem e a importância de se abordar questões de gênero de maneira franca e corajosa. A violência contra mulheres continua a ser um desafio global. A conscientização e a implementação efetiva de políticas para prevenir e combater a violência são cruciais. Além disso, é necessário criar ambientes seguros para as vítimas denunciarem casos de abuso (Mazzardo; Costa, 2014).

A emancipação feminina, no contexto contemporâneo, é um tema que continua a desafiar e inspirar, refletindo a complexidade das lutas históricas das mulheres e as transformações sociais em curso. Nesse cenário, é fundamental analisar tanto os avanços conquistados quanto os desafios persistentes, considerando a influência da representatividade feminina e o papel crucial da educação na promoção da emancipação (Araújo, 2022).

No que diz respeito aos avanços, é inegável que as últimas décadas testemunharam conquistas significativas para as mulheres. A entrada massiva das mulheres no mercado de



trabalho, a ascensão a cargos de liderança e a participação ativa em diversas esferas públicas indicam uma transformação cultural e estrutural. A legislação em muitos países também evoluiu, abordando questões como igualdade salarial e combate à violência de gênero (Gianvecchio; Gonçalves, 2023).

A Lei Maria da Penha, promulgada em 2006, representa um marco histórico na proteção das mulheres contra a violência doméstica no Brasil. Seu impacto transcende o âmbito jurídico, desempenhando um papel fundamental na conscientização da sociedade sobre a gravidade da violência de gênero e na transformação das relações familiares (Freitas; Gonçalves; Santos, 2023).

A legislação, nomeada em homenagem à farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de tentativas de homicídio por parte do marido, trouxe consigo uma mudança significativa na abordagem da violência contra a mulher. Antes da sua promulgação, as agressões muitas vezes eram minimizadas ou tratadas de maneira impune. A Lei Maria da Penha não apenas estabeleceu medidas mais rigorosas contra agressores, mas também introduziu mecanismos de proteção e assistência às vítimas (Marques; Erthal; Girianelli, 2020).

A relevância dessa legislação é incontestável. Primeiramente, ela reconhece a violência doméstica como uma questão de ordem pública, retirando a tolerância social que por muito tempo cercou esse tipo de crime. A criação de juizados especializados, a aplicação de medidas protetivas e a agilidade nos processos judiciais são elementos que fortalecem a resposta do Estado diante das situações de violência (Marques; Erthal; Girianelli, 2020).

Além disso, a Lei Maria da Penha tem um impacto educativo. Ao criminalizar a violência de gênero e promover a conscientização sobre suas diversas formas, ela contribui para a desconstrução de estereótipos prejudiciais e fomenta a mudança cultural. A sociedade passa a compreender que a violência não é aceitável e que as mulheres têm direitos que merecem ser respeitados (Freitas; Gonçalves; Santos, 2023).

Outro ponto crucial é a ênfase na prevenção e no atendimento às vítimas. A Lei Maria da Penha não se limita à punição do agressor, mas também estabelece a criação de serviços de assistência, como casas abrigo e centros de atendimento psicossocial. Isso não apenas oferece suporte imediato às mulheres em situação de violência, mas também cria uma rede de apoio essencial para romper com o ciclo de agressões (Franca *et al.*, 2023).

Entretanto, mesmo diante de seus avanços, a eficácia da Lei Maria da Penha demanda esforços contínuos. Investimentos em educação para a igualdade de gênero, capacitação de profissionais envolvidos no atendimento às vítimas e aprimoramento constante da legislação são necessários para garantir uma abordagem abrangente e efetiva contra a violência de gênero (Franca *et al.*, 2023).



Neste sentido, segundo Freitas; Gonçalves; Santos (2023) a Lei Maria da Penha desempenha um papel essencial na proteção das mulheres, redefinindo o combate à violência de gênero no Brasil. Seu impacto vai além do jurídico, moldando uma sociedade mais consciente, justa e comprometida com a erradicação de uma das formas mais repulsivas de violação dos direitos humanos.

A abordagem do sociólogo Zygmunt Bauman sobre o "mundo líquido" oferece uma lente analítica valiosa para compreender a complexa interseção entre a violência de gênero contra as mulheres e as características fluidas da sociedade contemporânea. Em seu conceito de modernidade líquida, Bauman descreve uma realidade marcada pela fluidez e pela transitoriedade, na qual as relações humanas, instituições e estruturas sociais são efêmeras e instáveis (Ribeiro, 2021).

Nesse contexto, a violência de gênero contra as mulheres adquire novas dimensões, influenciadas pelas características do mundo líquido. A falta de raízes sólidas e a constante mutabilidade das relações sociais podem amplificar e complicar os padrões de violência. Bauman argumenta que, em uma sociedade líquida, as relações são frequentemente descartáveis, o que pode resultar em uma minimização das consequências para agressores, bem como em uma sensação de impunidade (Tedeschi; Tedeschi, 2019).

A violência de gênero, muitas vezes, é perpetuada por normas e valores arraigados, mas Bauman destaca que, no mundo líquido, essas normas podem ser facilmente redefinidas ou desconsideradas. A instabilidade das relações pode levar a uma maior volatilidade nas dinâmicas de poder, contribuindo para a perpetuação da violência contra as mulheres, que muitas vezes é enraizada em desequilíbrios de poder históricos e culturais (Maroneze, 2021).

A fluidez das relações interpessoais pode também afetar a percepção e o reconhecimento da violência de gênero. A rápida mudança de cenários sociais e emocionais pode obscurecer sinais de abuso, dificultando a identificação precoce e a intervenção adequada. Além disso, a virtualidade das relações, característica do mundo líquido, pode criar novos espaços para a perpetuação da violência, muitas vezes manifestada de maneiras sutis e insidiosas (Ribeiro, 2021)

Para combater a violência de gênero em um mundo líquido, é essencial reconhecer as complexidades dessas interações fluidas. A educação para a igualdade de gênero, a conscientização sobre as dinâmicas de poder e a promoção de relações baseadas no respeito e na reciprocidade tornam-se ferramentas cruciais. Além disso, políticas públicas e estruturas jurídicas devem ser adaptadas para abordar as particularidades da violência de gênero em um contexto de fluidez social (Maroneze, 2021).

Entretanto, ao lado desses avanços, ainda persistem retrocessos que desafiam a plena emancipação feminina. Estereótipos de gênero, discriminação no ambiente de



trabalho e obstáculos à representatividade persistem, evidenciando a necessidade contínua de enfrentar preconceitos arraigados na sociedade. Além disso, fenômenos como o *backlash* feminista demonstram que, em alguns setores, há resistência à mudança, exigindo uma vigilância constante (Lima *et al.*, 2019).

A representatividade feminina, por sua vez, desempenha um papel crucial na desconstrução de estereótipos e na inspiração de futuras gerações. Mulheres ocupando posições de destaque em áreas como ciência, política e entretenimento não apenas demonstram a capacidade das mulheres, mas também contribuem para a quebra de barreiras invisíveis. Contudo, é importante destacar que a representatividade deve ser diversificada, considerando interseccionalidades de raça, classe e orientação sexual, para garantir que todas as vozes sejam ouvidas (Mazzardo; Costa, 2014).

A educação surge como uma ferramenta fundamental na promoção da emancipação feminina. Ao proporcionar educação de qualidade e inclusiva, é possível desconstruir estereótipos desde cedo e empoderar as mulheres para que alcancem seus objetivos. É crucial integrar currículos que abordem questões de gênero, promovendo a conscientização e o respeito mútuo desde as primeiras etapas do desenvolvimento educacional (Angelin, 2019).

Uma tendência emergente notável é o reconhecimento da interseccionalidade. O feminismo interseccional destaca a necessidade de considerar as interações complexas entre raça, classe, orientação sexual e outros fatores na análise das desigualdades de gênero. Essa abordagem mais inclusiva amplia a compreensão das experiências das mulheres, promovendo uma luta mais abrangente e eficaz (Moura; Oliveira, 2022).

Em síntese, a emancipação feminina no contexto atual é um processo dinâmico, marcado por avanços notáveis e desafios persistentes. A representatividade feminina e a educação desempenham papéis cruciais nesse caminho, sendo alicerces para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O diálogo contínuo, a conscientização e a ação coletiva são imperativos para impulsionar a emancipação feminina e assegurar um futuro mais equitativo para todos (Mazzardo; Costa, 2014; Angelin, 2019).

Apesar dos avanços, persistem resquícios de uma sociedade patriarcal na contemporaneidade. Estereótipos de gênero, disparidade salarial e a subrepresentação em posições de poder são desafios que destacam a necessidade contínua de questionar e transformar as estruturas patriarcais. O desafio atual é, portanto, a desconstrução de normas que perpetuam a desigualdade de gênero, permitindo que a mulher ocupe qualquer espaço na sociedade de forma igualitária (Maroneze, 2021).

Portanto, a evolução da mulher na história é um conto de resiliência, superação e conquistas. A trajetória marcada por desafios persistentes ressalta a importância de um compromisso contínuo com a promoção da igualdade de gênero, garantindo que as futuras



gerações de mulheres possam trilhar caminhos ainda mais livres e igualitários (Lima *et al.*, 2019).

A narrativa da mulher na sociedade contemporânea reflete as características líquidas desse contexto. Anteriormente confinada a papéis tradicionalmente definidos, a mulher contemporânea tem desafiado essas fronteiras, embarcando em uma jornada de emancipação que transcende as limitações históricas. O trabalho desempenha um papel central nesse processo de transformação (Moura; Oliveira, 2022).

Ao considerar o paradigma do trabalho na sociedade líquida, observamos uma mudança significativa nas dinâmicas profissionais. A disparidade salarial entre homens e mulheres persiste como um desafio significativo. Apesar dos avanços legislativos, a igualdade de remuneração ainda não foi plenamente alcançada. É crucial intensificar os esforços para corrigir essa injustiça econômica (Araújo, 2022).

Simone de Beauvoir, uma das figuras mais proeminentes do pensamento feminista do século XX, afirmou que "não se nasce mulher: torna-se mulher" (Tedeschi; Tedeschi, 2019, p. 525). Essa declaração ressoa na ideia de que a identidade feminina não é fixa, mas é moldada pelas circunstâncias sociais e culturais. A emancipação, portanto, é um processo de libertação das amarras impostas pela sociedade patriarcal (Lima *et al.*, 2019).

No contexto do trabalho, a visão de Beauvoir destaca a importância da mulher não apenas ingressar no mercado profissional, mas também de conquistar espaços que antes lhe eram negados. A emancipação no trabalho não é meramente uma questão de igualdade salarial, mas sim de acesso a oportunidades e a uma gama diversificada de carreiras. Beauvoir defendia a ideia de que a mulher deve ser livre para escolher sua vocação e não ser limitada por estereótipos de gênero (Moura; Oliveira, 2022).

A luta pela emancipação no trabalho também abarca a desconstrução de estruturas que perpetuam desigualdades. A equidade de oportunidades, o reconhecimento de competências independentemente do gênero e a promoção de ambientes profissionais inclusivos são elementos fundamentais desse processo. Beauvoir, em sua perspectiva, destacava que a emancipação da mulher no trabalho não seria completa sem uma transformação profunda nas mentalidades e estruturas sociais (Gianvecchio; Gonçalves, 2023)

3 CONCLUSÃO

Na antiguidade, observamos sociedades em que a mulher muitas vezes era relegada a papéis tradicionalmente ligados à maternidade e à esfera doméstica. O período medieval,



embora caracterizado por estruturas patriarcais rígidas, viu algumas mulheres desafiar normas ao ingressarem em atividades intelectuais e artísticas. O Renascimento trouxe consigo uma dualidade, oferecendo oportunidades a algumas mulheres notáveis, enquanto a Revolução Industrial, embora tenha expandido as possibilidades de trabalho, também perpetuou desigualdades.

Ao percorrer a história e o panorama atual dos movimentos feministas, torna-se evidente que essas iniciativas desempenharam um papel crucial na conquista de direitos e na mudança de paradigmas sociais. O surgimento e evolução desses movimentos refletem uma narrativa de resistência, resiliência e a busca contínua pela igualdade de gênero.

As conquistas ao longo do tempo, como o direito ao voto, igualdade salarial e avanços nos direitos reprodutivos, destacam o impacto positivo do ativismo feminista. O reconhecimento da diversidade de experiências e a promoção da interseccionalidade representam avanços significativos na compreensão da complexidade das desigualdades enfrentadas por diferentes grupos de mulheres.

A história da mulher na sociedade contemporânea e sua busca pela emancipação diante do patriarcado e do preconceito revelam uma narrativa complexa de desafios superados e avanços conquistados. Ao longo do tempo, as mulheres transcenderam papéis historicamente definidos, desafiaram normas culturais arraigadas e abriram caminho para uma reconfiguração significativa de sua posição na sociedade.

A luta contínua pela igualdade de gênero e a desconstrução do patriarcado refletem um comprometimento inabalável com a justiça e a equidade. As conquistas alcançadas nas esferas social, política e profissional destacam a resiliência das mulheres contemporâneas, que persistem na promoção de mudanças significativas.

Entretanto, a persistência de desigualdades e preconceitos destaca a necessidade contínua de conscientização e ação. A conclusão dessa história em constante evolução dependerá do compromisso coletivo em dismantelar estruturas discriminatórias e construir uma sociedade verdadeiramente igualitária, onde a emancipação da mulher seja não apenas uma aspiração, mas uma realidade plenamente vivenciada.

As novas gerações desempenham um papel vital na continuidade do movimento feminista. A educação inclusiva desde a infância é fundamental para moldar mentalidades igualitárias. O questionamento de normas de gênero e a promoção da diversidade tornam-se ferramentas poderosas nas mãos das gerações futuras.

Além disso, é essencial que as novas gerações se engajem ativamente no ativismo. A participação em movimentos, a defesa de políticas inclusivas e o diálogo aberto são formas eficazes de impulsionar a agenda da igualdade de gênero. A educação continuada sobre questões feministas e o apoio a iniciativas que buscam equidade são meios pelos quais as novas gerações podem ser agentes de mudança.



REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela. Estratégias para a autonomia das mulheres desde os Movimentos Feministas. **Coisas do Gênero: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião**, v. 5, n. 1, p. 20-34, 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.est.edu.br/index.php/genero/article/view/3701/3174>. Acesso em: 3 dez. 2023.

ARAÚJO, Lorna Beatriz Negreiros de. Das origens do patriarcado ao surgimento do movimento feminista: a conscientização da mulher e a quebra de estereótipos machistas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 3, p. 1863-1881, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/ca67f86a-c7a5-467c-85c0-d32655246ae0>. Acesso em: 3 dez. 2023.

FRANCA, Raissa *et al.* A condição da mulher nas relações sociais. In: **Anais do Congresso Nacional Universidade, EAD e Software Livre**. 2023. Disponível em: <https://ueadsl.anais.nasnuv.com.br/index.php/UEADSL/article/view/1217/487>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FREITAS, Micael Portela; GONÇALVES, Jonas Rodrigo; SANTOS, Raíssa Tainá Costa. A evolução da Lei Maria da Penha e a busca pela efetividade das medidas protetivas. **Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**, v. 5, n. 9, p. 24-40, 2023. Disponível em: <https://periodicos.processus.com.br/index.php/ppds/article/view/866/890>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GIANVECCHIO, Larissa Angelini de Andrade; GONÇALVES, Josiane Peres. A mulher detentora de direitos humanos no mundo do trabalho. **Revista Conhecimento Online**, v. 1, p. 102-118, 2023. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/2944/3147>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LIMA, Andressa Bessa Machado *et al.* O espaço da mulher na sociedade: uma reflexão a partir de o Segundo Sexo de Simone de Beauvoir. **Revista Alembra**, v. 1, n. 3, p. 23-27. 2019. Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/alembra/article/view/28>. Acesso em: 3 dez. 2023.

MARONEZE, Aline Rodrigues. Patriarcado, desigualdade de gênero e violência: o papel da mulher na sociedade contemporânea. **COISAS DO GÊNERO: REVISTA DE ESTUDOS FEMINISTAS EM TEOLOGIA E RELIGIÃO**, v. 7, n. 1, p. 162-176, 2021. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/genero/article/download/854/742>. Acesso em: 3 dez. 2023.

MARQUES, Beatriz de Oliveira Monteiro; ERTHAL, Regina Maria de Carvalho; GIRIANELLI, Vania Reis. Lei Maria da Penha: uma análise crítica à luz da criminologia feminista. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 140-153, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/5rScq4XFHrdgvYxzmNjM4bQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MAZZARDO, Luciane de Freitas; COSTA, Marli Marlene Moraes. Desafios contemporâneos para uma temática recorrente: Emancipação da mulher enquanto pressuposto da



cidadania. **Revista de Estudos Jurídicos da UNESP**, v. 18, n. 28, p. 124-156. 2014. Disponível em:

<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/view/1394/1513>. Acesso em: 3 dez. 2023.

MOURA, Raiane; OLIVEIRA, Lívia. **Relações de gênero**: reflexões históricas acerca da concretização dos direitos das mulheres na sociedade capitalista. 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/ca67f86a-c7a5-467c-85c0-d32655246ae0>. Acesso em: 3 dez. 2023.

RIBEIRO, Ana Júlia Cornélio *et al.* **Amores líquidos no divã de Zygmunt Bauman: como a pós-modernidade afeta as relações do sujeito**. 2021. Dissertação de mestrado.

Disponível em:

<https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/24404/1/Ana%20J%20J%20Corn%20a%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SILVA, Bruna Fernanda Vieira. Mulher, feminino e feminismo em debate no campo artístico brasileiro (1960-1970). **Encontro de História da Arte**, n. 15, p. 638-645, 2021. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/eha/article/view/4660/4458>. Acesso em: 10 jan. 2024.

TEDESCHI, Losandro Antonio; TEDESCHI, Sirley Lizott. A História das Mulheres (séc. XX-XXI): entre poder, resistência e subjetivação. **Revista Tempo e Argumento**, v. 11, n. 26, p. 508-529, 2019. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/3381/338160334021/338160334021.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2023.